

jornal das

# COMUNICAÇÕES

Nº 1/2018 • 18 DE JANEIRO



**PARA  
2018**

## INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DO SICOMP/USI NAS RELAÇÕES LABORAIS, PROFISSIONAIS, SOCIAIS E REESTRUTURAÇÕES DAS EMPRESAS DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

O SICOMP – *Sindicato das Comunicações de Portugal*, fundado em 1989 – demonstrou no *terreno laboral e social* das várias Empresas do Setor, no ano que findou 2017, que é *fundamental e necessário* para a resolução dos *problemas estruturais e profissionais* aprofundar o diálogo construtivo, na procura de *soluções negociadas* entre as partes, *Gestão e Representantes Sindicais*. ➔ P. 2

SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

**REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA  
DE 2018 | 10 JAN.**

P. 6



**Marinha Grande – 18 de Janeiro de 1934 | A LUTA  
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES CONTRA A  
CONSTITUIÇÃO DE 1933 E PELA DEFESA DA  
*Autonomia e Independência Sindical***



P. 6



**Constituição da FICT –  
Federação Independente  
das Comunicações  
e Transportes**

P. 5

**Opinião | P. 7  
Notícias da USI | P. 6-**

**SINDICALIZA-TE  
NO SICOMP**

Início de  
**2018**

## ATIVIDADE DO SICOMP NAS RELAÇÕES LABORAIS, PROFISSIONAIS, SOCIAIS E REESTRUTURAÇÕES DAS EMPRESAS DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

### ALTICE/PT/MEO



**D**ia 12 de Janeiro de 2018, emitimos o nosso comunicado nº. 1/2018, sobre a reunião gestão da PT/SICOMP, onde explanamos com rigor e atempadamente as relações institucionais da ALTICE/PT/MEO com o nosso Sindicato, nomeadamente: **REVISÃO DO ACT/2016; TRANSFERÊNCIAS DE TRABALHADORES; USP E UTT; PT/ACS; SAÚDE NO TRABALHO E COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SAÚDE CLÁSSICO.**

No entanto, convém informar os trabalhadores da PT que em Dezembro de 2017, também se realizou uma reunião entre a DRH da PT (Dra. Catarina Vicente e Dra. Luísa Garcia) com as ERCT da PT (Sindicatos e CT), onde se passaram “coisas que não lembra ao diabo”, isto é, os Sindicalistas “gonçalvistas”, abandonaram a sala, no início da reunião, argumentando que não queriam a **presença de um membro da CT.**

Responsavelmente os representantes da **ALTICE/PT/MEO**, na sua qualidade institucional, continuaram a reunião com as restantes ERCT, de forma a manter uma relação democrática e respeitadora das várias correntes de opinião existentes na comunidade laboral do Grupo PT, **desde a sua fundação em 1994.**

No “**PREC de 1974/1975**” a **Intersindical** tentou implantar em Portugal a **unicidade sindical** ( sob o comando das células partidárias), mas os políticos e governantes da altura, como **Salgado Zenha – à época Ministro da Justiça -**, impediu essa tentativa totalitária com o **apoio esmagador do povo português, então mais atento, do que nos tempos atuais**, em que se tenta impedir a **todo o custo a voz livre e autónoma dos sindicalistas independentes.**

### GRUPO CTT

**N**a manhã do dia 19 de Dezembro foi o SICOMP convocado para uma reunião com a Comissão Executiva dos CTT, com carácter de urgência, para o final da tarde, 18 horas, desse mesmo dia. O nosso sindicato fez-se representar pelos Presidentes da Direcção Nacional e do Conselho Geral, respectivamente, **Victor Martins e Carlos Vicente**, tendo dos CTT estado presente o Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO, **Francisco de Lacerda**, o Administrador Executivo, **António Pedro Silva**, o DRH, **António Marques**.

Nessa reunião, **em que estiveram presentes todas as ERCT dos CTT**, foi-nos comunicado o **plano de reestruturação a aplicar no imediato e no decorrer dos próximos três anos.** Assim, e dada a **diminuição dos rendimentos do sector postal, não compensados pelos resultados financeiros do Banco CTT e no segmento do negócio Expresso e Encomendas**, irão ser implementadas várias mediadas, de que destacamos: **redução de trabalhadores até 2020 em número de 800, fecho de lojas, fortes limitações salariais para os trabalhadores, e manutenção do pagamento do dividendo por acção em 2018.**

**O SICOMP não entende da necessidade da redução de trabalhadores e da redefinição da rede de lojas**, quando os indicadores da qualidade de serviço com muita dificuldade são cumpridos, e muito menos agora se justificará com os novos critérios impostos pela ANACOM, a vigorarem a partir de 1 de Julho 2018, em

que os itens avaliatórios dos padrões de serviço são bastante mais exigentes, e os CTT não podem perder a atribuição do contrato de concessão do serviço postal universal.

O SICOMP não aceita as medidas restritivas a aplicar aos trabalhadores, como são exemplo as anunciadas “*Limitação dos aumentos salariais não obrigatórios em 2018*” e “*Forte redução da remuneração variável referente a 2017*”.



O SICOMP não compreende, que numa altura de apresentação de resultados negativos, como anunciado pela Gestão, se mantenha o pagamento do mesmo valor de dividendo por acção, com uma forte taxa de rentabilidade, superior a 10%., e que desde a privatização em Dezembro de 2013, e concluída no início de Setembro de 2014, os investidores até já te tenham recebido dividendos, em que o payout ultrapassou os 100%, como foi o caso em 2016, quando foram distribuídos 72 milhões de euros, e os lucros haviam sido de 62 milhões de euros. É totalmente desajustado.

O SICOMP está a acompanhar com redobrada atenção a situação, e não deixará de tomar e pugnar pelas melhores medidas que sirvam os interesses dos trabalhadores.

## GRUPO RTP

### PELO CUMPRIMENTO DA LEI E DO AE

Está neste tempo em curso a indicação dos membros a integrar o Conselho de Administração (CA), tendo o Conselho Geral Independente (CGI) da RTP em mãos o convite para o lugar de Presidente, que por sua vez proporá a constituição do CA a submeter à aprovação do CGI, para o próximo mandato de três anos.

O SICOMP, na defesa da independência e autonomia das partes, como sempre tem dito e redito, até à exaustão, não escolhe, nem tem preferências, pelos seus interlocutores, apenas exigindo de quem quer que seja venha a integrar o CA da RTP, o respeito pela Lei e pelos Acordos de Empresa, pelo diálogo social, pela boa-fé de actuação, e o respeito pelos legítimos representantes dos trabalhadores.

O SICOMP o que espera é a satisfação e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.





**Não pode a RTP**, que até deve dar o exemplo como empresa integrante do Sector Empresarial do Estado, logo pessoa colectiva de bem, aliás como qualquer outro empregador, **desrespeitar**, por exemplo, **os dirigentes sindicais**, e as suas legítimas tomadas de posições enquanto tal.

**Não deve a RTP**, como qualquer outro empregador, perante um qualquer problema, **meter a cabeça na areia**, esperar que a onda passe, que a situação se resolva por si ou venha a ser esquecida, **fechando-se ao diálogo entre as partes**.

**O adiamento**, é isso mesmo, adia a resolução do(s) problema(s), **não favorece o presente, não esquece o passado**, e não acautela o futuro.

Estamos no início de um Novo Ano, tempo em que entra, por regra, em vigor um novo Orçamento de Estado.

Assim acontece no presente ano, com a particularidade, entre outras medidas, de ter vindo o **OE2018 a contemplar o descongelamento das carreiras públicas**, o que **implica no caso da RTP o promover progressões automáticas com mudanças de escalões de muitos trabalhadores**.

Espera o SICOMP que os trabalhadores da RTP venham a ver essas **movimentações já reflectidas nos seus respectivos próximos vencimentos de Janeiro**.

Recorda-se, por fim, que o **SICOMP entregou ao CA da RTP, em 23 de Novembro de 2017, uma proposta de revisão do AE**, para as matérias de expressão remuneratória, para as quais os trabalhadores não sofreram quaisquer acréscimos desde 2009, **não tendo até ao presente recebido qualquer contraposta**, em clara violação do previsto em sede de Código do Trabalho, no seu Artº. 487º.

## MARINHA GRANDE | 18 DE JANEIRO DE 1934

*Trabalhadores ocupam a Praça Stephens*



*Militares ocupam posições na Praça Stephens, aguardando ordens para reprimir e prender trabalhadores.*



**RELEMBRAR  
HISTÓRIA DO  
MOVIMENTO SINDICAL  
PORTUGUÊS**

*Trabalhadores presos no 18 de Janeiro*



## **A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES CONTRA A CONSTITUIÇÃO DE 1933 E NA DEFESA DA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA SINDICAL**

*O movimento sindical português e as suas organizações livres, autónomas e independentes, surgem após a revolução liberal em 1820 e cresceram, desenvolveram-se e consolidaram-se ao longo dos anos, **criando uma poderosa Confederação Nacional, a CGT – Confederação Geral***

**do Trabalho**, que na época desenvolve e cria um jornal diário – **A BATALHA** -, impresso nas suas próprias tipografias e distribuído diariamente à porta das fábricas.

Apesar da repressão, desencadeada pelos sucessivos governos da 1ª República e a tentativa de controlo político – partidário por parte do PCP na CGT, esta conseguiu sempre manter a sua autonomia e independência.

Na sequência do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, e a posterior subida ao Poder de António Oliveira Salazar e a consolidação do chamado Estado Novo, é imposta a Constituição de 1933, substituindo a de 1911.

A Constituição de 33 subalternizava o Parlamento e as liberdades individuais.

É neste contexto, que são ilegalizadas todas as Organizações Sindicais livres e autónomas, dando lugar ao Sindicalismo Corporativo, controlado pelo Estado Novo, através do Partido Único oficial – a União Nacional – , que partilhou este tipo de sindicalismo com o PCP, dando origem à criação da Intersindical, em 1970, e que em 1975, tentou impor a Lei da Unicidade Sindical.

**A revolta da Marinha Grande, simboliza a determinação e a capacidade de luta dos trabalhadores portugueses pela defesa da sua autonomia e independência.**

A luta destes trabalhadores na altura, e o sentimento que a sustentava prevalece actualmente, uma vez que a **esmagadora maioria das Associações Sindicais Portuguesas, não se revê no Sindicalismo Político Partidário, praticado pelas CGTP (PCP) e UGT (PS/PSD).**



**“ Assembleia  
Constituinte  
marcada  
para  
Abril de 2018 ”**

## **CONSTITUIÇÃO DA FICT - FEDERAÇÃO INDEPENDENTE DAS COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

No passado dia 3 de Janeiro de 2018, em Lisboa, nas instalações da Sede Nacional da USI – União dos Sindicatos Independentes -, um conjunto de Associações Sindicais Independentes do Sector das Comunicações e Transportes – **SICOMP, ASSIFECO, SIFA, FENTCOP e SITIC**, voltaram a reunir-se para dar continuidade ao processo da Constituição de uma Federação Autónoma e Independente . Foi nomeado um Grupo de Trabalho, contituído por um **membro de cada um dos Sindicatos envolvidos, que com a colaboração do Assessor Juridico da USI, Dr. Ramos Lopes**, elaborará os respectivos Estatutos, a serem aprovados na Assembleia Constituinte que ficou marcada para o **dia 7 de Abril de 2018 (Sábado), em Lisboa.**

## REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SICOMP

### PRINCIPAIS PONTOS EM AGENDA :

1. Balanço da nossa actividade no ano de 2017;
2. Situação política/sindical e laboral nas Empresas do Setor das Comunicações – PT, CTT, RTP, NOS e outras;



**R**ealizou-se no dia 10 de Janeiro de 2018, na Sede Nacional do SICOMP, em Lisboa, a reunião da Direção Executiva.

Do balanço da actividade do SICOMP, no ano de 2017, foi considerado que apesar das dificuldades surgidas, a nossa intervenção revelou-se no essencial positiva.

**Em 2018, continuaremos a desenvolver a nossa actividade sindical, com autonomia e independência, nas relações laborais, profissionais, sociais e reestruturações das Empresas do Sector das Comunicações, procurando as melhores soluções que defendam os interesses legítimos dos nossos representados e trabalhadores em geral.**



NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

## USI chega a um entendimento sobre o valor do Salário Mínimo Regional a vigorar em 2018

### Notícias

A USI-União dos Sindicatos Independentes – Confederação Sindical, liderada por Paulo Marcos, Presidente da Comissão Executiva, conseguiu que o bloco patronal, onde estão as três confederações patronais, lideradas pela Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF), chegasse a um entendimento sobre o valor do Salário Mínimo Regional a vigorar em 2018, na reunião do Conselho de Concertação Social da Madeira realizada em 29 de Dezembro de 2017.

Valor acordado pela USI :

**€ 592**

**NOTA :** O valor acordado fica acima dos € 580 que irão vigorar no Continente, onde a USI, não está representada(?), no Conselho Económico e Social.



Ao contrário do que ocorreu no Continente, onde a ausência de acordo na Concertação Social levou o Governo a legislar unilateralmente sobre o SMN, os parceiros sociais da Região Autónoma da Madeira demonstraram autonomia e independência, assumindo o seu papel central na definição de uma política de preços, salários, emprego e formação profissional.



## AUMENTAR SALÁRIOS É UM IMPERATIVO DOS EMPREGADORES

*Luis Rijo - Vice-Presidente da Direção Nacional*

**Opinião**

Já ultrapassámos metade do primeiro mês de um novo ano civil, no caso Janeiro de 2018. Com a **chegada deste novo** ano mais uma vez se manteve a “tradição” de **aumentos de bens e serviços**, nomeadamente os essenciais e não prescindíveis, para a sobrevivência humana com um mínimo de qualidade de vida.

A inflação esperada para 2108, agora revista em alta, deverá ser de 1,6%, um aumento de 0,3 % em relação à que se espera se tenha verificado em 2017.

**Aumentaram:** o preço por litro dos **combustíveis**, por via do aumento do ISP (Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos); **Imposto Único de Circulação** (IUC) e o **Imposto sobre Veículos** (ISV) em 1,4%; as **rendas de casa** com um coeficiente de 1,0112 (1,12%, mais do dobro de 2017), que é o coeficiente mais elevado dos últimos 5 anos; as **portagens**, sendo que é o maior aumento nas autoestradas concessionadas à Brisa, em 1,47%; os **transportes públicos**, em média 2%; a **electricidade** no mercado livre, como é o caso da EDP Comercial, com aumentos de 2,5% e a abranger 4 milhões de clientes; o **pão** em 20% (não é engano, é vinte por cento); **bebidas açucaradas**, como os refrigerantes (será que são luxo?), vão aumentar cerca de 1,5%.

Os trabalhadores portugueses **estão num caminho de empobrecimento**.

Como fazer face a tantos e tamanhos aumentos?

É “**obrigatório**” **haver aumentos salariais**. Para não cometerem um “crime” os empregadores têm de proceder a revisões das remunerações pagas aos seus trabalhadores.

E esses acréscimos nos valores levados mensalmente para casa pelos assalariados tem de acompanhar minimamente os **aumentos a suportar com a subida dos preços aos consumidores, e com efeitos à mesma data, 1 de Janeiro de 2018**.

Os trabalhadores portugueses já passaram nos últimos 6/7 anos por muitos sacrifícios, fruto da situação de quase bancarrota em que Portugal se viu envolvido em 2011, e pela necessidade de recuperar o País dessa situação.

**Os trabalhadores portugueses não merecem continuar a ser sacrificados**, agora que se verificam bons resultados económicos, e que à medida que nos distanciamos de 2011 vai o País deixando para trás as medidas de austeridade.

**Os trabalhadores são o maior capital de que um empregador dispõe** para prosseguir com êxito a(s) sua(s) actividade(s), o seu propósito de obtenção de resultados.



Um **empregador consciencioso**, que tenha uma política de não exploração das capacidades humanas, físicas ou intelectuais, **que prossiga uma política de responsabilidade social**, deve saber da satisfação e das motivações dos seus trabalhadores, **tem de ter em consideração se esses mesmos trabalhadores têm o mínimo indispensável** para a sua subsistência, e da sua família, como activo laboral, e como pessoas humanas que necessitam de ter os seus espaços de repouso e de lazer, nas horas, e nos dias, fora dos locais de trabalho.

Entendemos que o **SICOMP tem privilegiado este entendimento**, e tido em consideração todos os factores que afectam, negativa ou positivamente, os trabalhadores.

Dando exemplos: **o SICOMP apresentou** a três empregadores do sector das comunicações, atempadamente em 2017, PT/MEO/ALTICE (11 de Outubro), CTT (10 de Novembro) e RTP (23 de Novembro), propostas de aumentos remuneratórios (tabelas salariais, e outras matérias de expressão pecuniária), a abranger todos os trabalhadores, e em igual valor, para não aumentar as diferenças salariais entre os trabalhadores, que devem existir sim, mas em face dos posicionamentos dentro das várias categorias profissionais existentes, e nos vários níveis previstos.

E já que demos estes exemplos, referir que os **últimos aumentos** proporcionados a todos os trabalhadores foram, na **PT/MEO/ALTICE em Junho de 2013**, na **RTP em 2009**, e nos **CTT em 2016 com um aumento médio de 0,75 %**.

**Os empregadores têm-se mostrado insensíveis às propostas feitas**, não respondendo dentro do prazo estabelecido, ou protelando para uma data, lá mais para a frente, numa tentativa de ganhar tempo e dinheiro.

**Esta frieza empresarial**, pensamos nós, **em nada contribui para a paz social** a preservar nos vários empregadores, e que se deseja, e para um sã espírito de relacionamento, como deve ser a convivência entre as partes.

É de tão **premente resolução proporcionar maior liquidez no final do mês aos trabalhadores**, para as suas próprias vidas, que se deve a todo o tempo proceder à discussão das actualizações salariais, nas várias empresas, **que qualquer expediente dilatatório, apenas serve a quem não tem interesse em ver os trabalhadores pró-activos, ou a quem quer usar o(s) conflito(s) como meio de distração**.

**Esperamos que os empregadores não estejam atraídos pela minimização dos salários**, a olhar “embasbacados” para o acordo produzido em sede de Concertação Social do CES (Conselho Económico e Social), que em 2016 acordaram, **da parte sindical a UGT (PS/PSD)**, o aumento do salário mínimo, com a sua fixação e prática “acasalada” com a diminuição da contribuição para a segurança social, por parte dos empregadores, **num claro convite à contratação pelo salário mínimo**.

***Bom ano para todos os trabalhadores.***

## **SINDICALIZA-TE NO SICOMP**

**AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA**

**+ AGILIDADE E EFICIÊNCIA SINDICAL**

**+ ASSESSORIA JURIDICA**

**+ QUOTIZAÇÃO MAIS BAIXA – 0,5 % DO VENCIMENTO**



## **JORNAL DAS COMUNICAÇÕES**

**Redação e Composição:** Rua António Pedro, 125 A – Cave B

1000 – 037 LISBOA | 218465151 | 963847824 | sicomp.dne@sapo.pt | www.sicomp.com.pt

**Propriedade:** SICOMP – Sindicato das Comunicações de Portugal | **Diretor:** Carlos Vicente